



Governo do Distrito Federal  
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil  
Departamento de Compras  
Divisão de Licitações e Contratos

Comunicado - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

**RESPOSTA AO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

**Referência:** Concorrência Eletrônica nº 90001/2024 – DECOMP/DA

**Objeto:** Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia, bem como As Built (“Como Construído”); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; à montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários à entrega final, em condições de funcionamento, do Hospital de São Sebastião - HSS, a ser localizado na AE 05, Área Especial, Alto Manguelral - São Sebastião/DF., devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

**1. DA INTRODUÇÃO**

1.1. A Concorrência Eletrônica nº 90001/2024 teve o seu edital publicado no dia 28 de junho de 2024, com abertura do certame prevista para o dia 30 de setembro de 2024.

1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Doc. SEI/GDF nº 152105212.

**2. DA TEMPESTIVIDADE**

2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar que a intempestividade do presente pedido foi desconsiderada.

**3. ANÁLISE**

3.1. As razões apresentadas pela empresa interessada incluem as indagações abaixo, que foram anteriormente respondidas pela área técnica por meio do Despacho NOVACAP/PRES/GTCOUH (151920608), e neste, complementadas com referências à legislação vigente:

**DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE REFERENTE AO  
QUESTIONAMENTO Nº (151712727):**

**DA ANÁLISE DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

Solicitação de prorrogação de prazo para apresentação das propostas por 15 (quinze) dias, passando a data limite para 14/10/2024.	Após análise, <b>indeferimos</b> o pedido da proponente, considerando que a publicação do edital ocorreu no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 122, em 28 de junho de 2024, e, conforme disposto no art. 55, inciso II, alínea "c" da Lei n.º 14.133/2021, o prazo mínimo para apresentação de propostas em licitações, cujo regime de execução seja a contratação integrada, é de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital. Dessa forma, o prazo fixado no edital respeita integralmente o disposto na legislação vigente.
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE REFERENTE AO PEDIDO (SEI nº 152105212)	DA ANÁLISE DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
<p>De fato, a data fixada no edital para apresentação dos documentos está em plena consonância com o prazo <u>mínimo</u> estabelecido na legislação.</p> <p>Contudo, o objeto da Concorrência Eletrônica nº 90001/2024 possui elevada complexidade, envergadura e valor. Neste tipo de contratação, é natural que os interessados — especialmente aqueles que pretendem apresentar uma proposta hígida — possuam dúvidas sobre os contornos técnicos e jurídicos do certame.</p> <p>O esclarecimento dessas dúvidas é fundamental para que as informações relevantes sejam conhecidas pela maior quantidade possível de interessados e para que as propostas sejam adequadamente estruturadas.</p> <p>Durante o processo de resposta aos questionamentos também é natural que os interessados se vejam na obrigação de adaptar ou reestruturar as propostas que vinham desenvolvendo.</p> <p>Dessa forma, e não obstante a Novacap vir tempestivamente respondendo as perguntas que já foram apresentadas, as respostas suscitam novas dúvidas e impõe aos interessados a adaptação das suas propostas.</p> <p>Estas adaptações tendem, em razão da grande envergadura e complexidade do objeto da licitação, a consumir um tempo razoável, especialmente porque profissionais de diferentes disciplinas precisam se engajar na reestruturação (responsáveis por projetos, responsáveis por obras, orçamentistas etc.).</p>	<p>Trata-se de análise de solicitação da empresa XXXX, referente à prorrogação do prazo para apresentação das propostas no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 90001/2024, que tem como objeto a contratação integrada de empresa ou consórcio para a elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e Engenharia e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários à entrega final, em condições de funcionamento do Hospital de São Sebastião - HSS.</p> <p>Inicialmente, a empresa requereu, em 20/09/2024, a prorrogação do prazo por 15 (quinze) dias, o que postergaria a data limite para 14/10/2024. Após análise, a área técnica indeferiu o pedido, fundamentando que o prazo fixado no edital respeita o disposto no art. 55, inciso II, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias úteis para apresentação de propostas em licitações sob o regime de contratação integrada, contados da data de divulgação do edital.</p> <p>Não satisfeita, a proponente reiterou o pedido, insistindo na prorrogação do prazo.</p> <p>O atendimento do pleito feriria inúmeros princípios que regem as licitações públicas, sendo eles:</p> <p>1. Princípio da Legalidade: A Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, determina os prazos mínimos a serem respeitados nas licitações, visando</p>

Assim, de forma a garantir que as propostas que serão apresentadas sejam as mais adequadas possíveis e, por isso, mais aptas a atender ao interesse público, e considerando que a legislação fixa apenas prazos mínimos entre a publicação do edital e a data de apresentação das propostas e não prazos máximos, requeremos que seja reconsiderada a decisão que indeferiu o pleito anterior e que seja promovida a prorrogação do prazo para apresentação das propostas por 15 (quinze) dias, passando a data limite para 14/10/2024.

garantir a ampla participação e a competitividade entre os licitantes. O edital foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 122, em 28 de junho de 2024, e o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para a apresentação das propostas encontra-se em conformidade com o previsto no art. 55, inciso II, alínea "c", da referida Lei.

2. Princípio da Igualdade: A prorrogação do prazo para uma única proponente poderia ferir o princípio da igualdade, visto que os demais licitantes já se organizaram e planejaram suas atividades com base no prazo estabelecido no edital. A isonomia é essencial para garantir a justa competição entre todos os participantes, impedindo que qualquer proponente tenha vantagens indevidas.

3. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório: As regras do edital possuem força vinculante para a Administração e para os licitantes, devendo ser respeitadas em sua integralidade. O prazo para apresentação das propostas é uma regra fundamental e, conforme estabelecido no edital e na legislação vigente, foi devidamente observado.

4. Princípio da Eficiência e da Celeridade: A prorrogação do prazo causaria atrasos no cronograma da licitação e, conseqüentemente, na execução do objeto contratual, impactando negativamente na eficiência administrativa e na prestação dos serviços públicos. A Administração deve zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos, a fim de garantir a celeridade dos processos e a efetiva concretização do interesse público.

5. Princípio do Interesse Público: A Administração deve priorizar o atendimento ao interesse público sobre o interesse particular de uma empresa. No caso em questão, o cumprimento do cronograma estabelecido no edital é necessário para garantir que os serviços de elaboração dos projetos do Hospital de São Sebastião sejam iniciados dentro do prazo estimado, atendendo às necessidades da coletividade.

Diante do exposto, considerando os princípios da Legalidade, Igualdade, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Eficiência e Celeridade, bem como o Interesse Público, **INDEFIRO** o pedido de prorrogação de prazo apresentado pela empresa, mantendo-se os

prazos estabelecidos no edital da Concorrência Eletrônica nº 90001/24.

Destaca-se que os prazos legais e editalícios estão sendo rigorosamente observados.

#### 4. CONCLUSÃO

4.1. Sendo estas as informações, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.

4.2. A presente resposta ao pedido de esclarecimento ficará disponível e será divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e [compras.gov.br](http://compras.gov.br) (Portal de Compras Governamentais).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 26/09/2024, às 14:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **152112976** código CRC= **88180591**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Sítio - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)